

**HABEAS CORPUS Nº 492.627 - MG (2019/0037989-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : HABIB RIBEIRO DAVID E OUTRO  
**ADVOGADOS** : HABIB RIBEIRO DAVID - MG118354  
WESLEY SOARES LACERDA - MG164803  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : DENIS DIAS DE JESUS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DENIS DIAS DE JESUS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou o *writ* de origem.

O acórdão do Tribunal *a quo* tem a seguinte ementa (fl. 9):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES – EXCESSO DE PRAZO – INOCORRÊNCIA – FEITO EM SEU REGULAR ANDAMENTO – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA – AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL A SER SANADO – ORDEM DENEGADA.

Em se tratando de crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, não há falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa se não superado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o encerramento da instrução criminal. Ademais, a contagem do referido prazo, a par de não ostentar fatalidade absoluta, deve ser feita de forma global, observando o princípio da razoabilidade, bem como as circunstâncias e peculiaridades do caso concreto, não bastando, portanto, a mera soma aritmética dos prazos processuais.

Os impetrantes alegam excesso de prazo para a formação da culpa, tendo em vista que a audiência de instrução e julgamento foi marcada para 27/2/2019. No entanto, o réu está preso desde 30/8/2018, ultrapassando o prazo de 180 dias para que se finde a instrução processual. Requer a concessão da ordem para a soltura imediata do réu.

O paciente foi preso em flagrante, na data de 30/8/2018, pela prática do crime de tráfico, tipificado no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 c/c art. 29 do CP, sendo apreendidas 1.185,44 gramas de maconha (fl. 79).

Na origem, consta acerca do processo 0231.18.017454-3 que está marcada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/02/2019. Foi juntada petição de denúncia em 17/09/2018, sendo recebida em 06/11/2018, conforme informações processuais verificadas no sítio virtual do Tribunal de origem em 14/02/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Ademais, o necessário exame mais aprofundado da suficiência da cautelar ocorrerá de melhor modo diretamente na Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações sobre a ação penal de origem, especialmente com a juntada do decreto prisional.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator